



**SÉRIE DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO
DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
TEXTO PARA DISCUSSÃO N. 058**

**Migração para Áreas Rurais da Região Centro-Oeste: uma
Análise sobre Emprego e Rendimento**

**Priscila Casari
Jian de Paula Oliveira
Péricles Caires da Silva Neves
André da Cunha Bastos**

**NEPEC/FACE/UFG
Goiânia – Dezembro de 2016**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

Casari, Priscila

Migração para Áreas Rurais da Região Centro-Oeste: uma Análise sobre Emprego e Rendimento / Priscila Casari, Jian de Paula Oliveira, Péricles Caires da Silva Neves, André da Cunha Bastos - 2016.

17 f. (Série de Textos para Discussão do Curso de Ciências Econômicas, 58)

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Goiânia, 2016.

1. Migração. 2. Centro-Oeste. 3. Desenvolvimento. 4. Agroindustrial. Oliveira, Jian de Paula. II. Neves, Péricles Caires da Silva. IV. Título.

Migração para áreas rurais da região Centro-Oeste: uma análise sobre emprego e rendimento¹

Priscila Casari²

PPE/FACE/UFG

Jian de Paula Oliveira³

PPE/FACE/UFG

Péricles Caires da Silva Neves⁴

FACE/UFG

André da Cunha Bastos⁵

FACE/UFG

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a inserção do migrante e do não migrante residentes em áreas rurais no mercado de trabalho da região Centro-Oeste. São utilizados dados do Censo Demográfico de 2010 para apresentar estatísticas descritivas e estimar um modelo econométrico por meio do procedimento de Heckman. Os resultados obtidos mostram que os migrantes têm maior probabilidade de emprego e rendimento, sendo positivamente selecionados. Acredita-se que, em geral, o migrante residente nas áreas rurais atue como um promotor do crescimento regional e, principalmente, do desenvolvimento agroindustrial.

Palavras-chave: Migração. Centro-Oeste. Desenvolvimento agroindustrial.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the insertion of migrant and non-migrant residents in rural areas in the labor market in the Midwest region. Census data is used 2010 to present descriptive statistics and estimate an econometric model using the Heckman procedure. The results show that migrants are more likely to employment and higher income, being positively selected. We believe that, in general, the migrant resident in rural areas act as a promoter of regional growth and especially the agro-industrial development.

Key words: Migration. Midwest. Agro-industrial development

JEL: J21; J31; J43

¹ Este artigo é resultado do projeto de pesquisa “Migração e seleção: evidências para o desenvolvimento do estado de Goiás”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

² pricasari@ufg.br

³ jiandepaula@gmail.com

⁴ periclescaires@hotmail.com

⁵ bastos@ufg.br

1. INTRODUÇÃO

O tema das migrações no Brasil é um dos principais alvos dos estudos sobre a população. Os impactos que a entrada e saída desse fluxo de pessoas causa nas regiões é expressivo e tem sido analisado por diversos autores.

O processo de formação do território brasileiro tem sido fortemente influenciado por processos migratórios que, por sua vez, ocorrem, em grande medida, em busca de melhores condições de vida e de emprego. Aliado a isso, a desigualdade de renda e a grande dimensão territorial faz da migração um processo bastante presente. Nas últimas décadas, os processos migratórios nacionais foram marcados por mudanças que imprimem, segundo Baeninger (2012), novas características à dinâmica: existem áreas de retenção, de dispersão e de rotatividade migratória.

A partir disso, uma análise do perfil do migrante ajuda a entender os impactos da migração sobre a economia regional. Segundo Santos Junior, Ferreira e Menezes Filho (2005), os migrantes, no Brasil, em geral, formam um grupo positivamente selecionado. Esse perfil de migrante pode ter um impacto positivo no desenvolvimento regional, pois são indivíduos mais qualificados que têm mais facilidade de se inserir no mercado de trabalho.

Sobre a região Centro-Oeste, Oliveira, Ervatti e O'Niell (2011) destacam que a região é um importante polo atrativo de população das outras regiões brasileiras, sendo que muito dessa atratividade se deve ao recente desenvolvimento agroindustrial e seu impacto sobre o crescimento da economia da região. No entanto, apesar de sua importância, o impacto desse afluxo de pessoas para a região, principalmente para as áreas rurais, tem sido pouco estudado.

A partir deste contexto, o objetivo geral deste artigo é analisar a inserção do migrante e do não migrante residentes em áreas rurais no mercado de trabalho da região Centro-Oeste. Especificamente, procura-se:

- descrever as características socioeconômicas dos migrantes e dos não migrantes; e
- estimar o impacto de ser migrante sobre a probabilidade de emprego e rendimento.

São utilizados dados do Censo Demográfico de 2010 para apresentar estatísticas descritivas e estimar um modelo econométrico por meio do procedimento de Heckman.

Além dessa introdução, o trabalho está dividido em mais quatro seções: a segunda seção apresenta uma revisão da literatura recente sobre migração, principalmente quando associada ao mercado de trabalho; a terceira seção descreve a metodologia; a quarta seção discute os resultados; e na quinta, estão as considerações finais.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção, apresenta-se uma revisão da literatura sobre a migração interregional, a relação entre o desenvolvimento agroindustrial e a migração na região Centro-Oeste e também alguns aspectos teóricos sobre a relação entre migração e seleção.

2.1 Migração entre as regiões brasileiras

No Brasil, os fluxos migratórios recentes apontam para uma migração por trabalho, pois as desigualdades de renda e de oportunidades são marcantes no país. Santos e Ferreira (2007) mostram que, no Brasil, a migração proporciona um aumento da renda média e a redução da desigualdade regional, pois, em geral, a migração ocorre de regiões mais pobres para regiões mais ricas, contribuindo para a convergência da renda.

O diferencial de renda entre as regiões e, consequentemente, a diferença de oferta de trabalho é apontado como o principal motivo para atração de fluxos migratórios. Albuquerque et al. (2013) explicam que, no país, o diferencial de salários é o principal fator que leva o migrante à decisão de migrar.

Há, no entanto, custos envolvidos nessa decisão que podem ser monetários e não monetários, e, além disso, o migrante pode encontrar num primeiro momento uma remuneração menor que a do não migrante. Entretanto, com o passar do tempo, esse quadro tende a se reverter dado que o conjunto de migrantes geralmente é formado por uma classe mais motivada (FREGUGLIA; PROCÓPIO, 2013).

Segundo Albuquerque et al. (2013), a disponibilidade e o acesso a vários produtos e serviços são outro forte atrativo das regiões receptoras. O nível de desenvolvimento do mercado e a concorrência entre as firmas derruba o preço desses bens e serviços que passam a ser alvo do consumo do migrante.

Além desses fatores, os autores destacam o tamanho do mercado, a distância entre as unidades da federação, a idade do migrante, o grau de parentesco e a riqueza familiar são variáveis importantes na decisão de migrar. Estudos mostram que a distância média percorrida pelo migrante no Brasil é de aproximadamente 1.100 km. Além disso, quanto maior o tamanho do mercado, maior o poder de atração dessas regiões, mas há uma relação inversa entre a distância e esse mesmo poder de atração.

Historicamente, destaca-se a migração entre as regiões Nordeste e Sudeste. Segundo Freguglia e Procópio (2013), em 2006, o Produto Interno Bruto (PIB) da região Sudeste correspondia a três vezes o PIB da região Nordeste. A intensa disparidade nos níveis de renda das distintas regiões brasileiras, segundo os autores, reflete, entre outros aspectos, a desigual distribuição espacial das atividades produtivas no país. O Sudeste, historicamente mais industrializado, foi a principal região de atração migratória durante muito tempo.

O modelo de industrialização adotado pelo Brasil a partir da década de 1930, de acordo com Dedecia e Cunha (2004), incentivou a concentração industrial, sobretudo na região Sudeste. Fato este que só começou a ser mudado com as políticas de incentivo ao desenvolvimento regional na década de 1970.

Segundo Baeninger (2012), o movimento migratório para a região Sudeste envolvia quase 5 milhões de pessoas nos anos 1970, esse número veio a cair entre 1981 e 1991 para 4,3 milhões de pessoas. Essa queda no número de migrações mostra o novo cenário da economia brasileira a partir da década de 1970. Entretanto, isso não significa uma estagnação das migrações, mas um novo momento desse processo, com novos desdobramentos e modalidades.

Aliado ao processo de desconcentração industrial, o esgotamento das fronteiras agrícolas reorganizou os tradicionais fluxos migratórios em direção a essas novas áreas dinâmicas. A dispersão migratória metropolitana explica, em nível nacional, a recente onda de migrantes em retorno a região Nordeste, pois a interiorização migratória vem dar cabo dos processos regionais de retenção da população em espaços urbanos não metropolitanos (BAENINGER 2012).

O movimento de desconcentração populacional ganhou força a partir das políticas de desconcentração econômica, sobretudo a partir da década de 1970. Mas, foi a partir dos anos 1980 que a chamada migração de retorno levou grandes fluxos populacionais de volta a sua região de origem, sobretudo partindo da região metropolitana de São Paulo (BAENINGER; PERES, 2011).

Muitos estudos tentam explicar essa nova realidade da migração de retorno. No caso da região Nordeste, Camarano (1986) explica que a recuperação da economia oriunda da instalação de novos setores indústrias e da reorganização do trabalho melhorou os índices da economia regional. Entre 1960 e 1978, a economia regional experimentou uma média de crescimento de 7,0% a.a, o produto industrial, no mesmo período, quase quadruplicou.

Contudo, Baeninger (2012) explica que os moldes da migração tradicional não são mais suficientes para explicar os fluxos migratórios recentes. O antigo eixo de migração Nordeste-Sudeste perdeu força como a principal rota migratória nacional, embora ainda hoje sustente um fluxo considerável.

A autora caracteriza os novos desdobramentos da migração na última década tendo como exemplos de novas áreas de retenção migratória nacional o estado de Goiás e a nova fronteira agrícola. As áreas de retenção migratória regional são os estados de Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina. Já, no novo conceito de rotatividade migratória fica a cabo das metrópoles dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Para Baeninger e Peres (2011), essa nova reestruturação dos fluxos migratórios faz surgir novas demandas de políticas sociais, de transporte, moradia, saúde e educação para o migrante.

Nesse novo contexto de migração, surge a questão da inserção desse migrante no mercado de trabalho. Muitos culpam o migrante por ser o responsável por problemas sociais, tais como desemprego e superlotação dos serviços públicos. Mas, segundo Cunha e Dedecca (2000), não há nenhuma evidência que mostre esse quadro como verdadeiro.

No caso da região metropolitana de São Paulo, os autores argumentam que muitos se esquecem da importância do migrante para a região nos anos de maior dinamismo econômico quando os mesmos foram responsáveis por garantir mão de obra abundante a barata. A ele só é dada a responsabilidade pela crise no mercado de trabalho e a pressão sobre demanda de serviços públicos.

Sobre a região Centro-Oeste, Ribeiro e Correa (2009) afirmam que o fato de ser migrante leva a um aumento na renda nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, indicando que esses estados recebem migrantes mais bem qualificados.

2.2 Desenvolvimento agroindustrial e migração para a região Centro-Oeste

Nesta seção, procura-se apresentar a literatura recente sobre a migração para a região Centro-Oeste e a sua relação com o desenvolvimento agroindustrial.

Percebe-se que há um consenso entre os autores que pesquisam o tema migração e ocupação do Centro-Oeste de que as principais mudanças econômico-populacionais no estado começaram a acontecer com o projeto de “Marcha para o Oeste”, a partir do Estado Novo, e, em seguida, com o “Plano de Metas”, no governo de Juscelino Kubitschek.

O Centro-Oeste brasileiro, segundo Guimarães e Leme (2002), é uma região de fronteira que se consolida como uma área de moderna produção agroindustrial. Os autores afirmam que as décadas de 1960 e 70 são fundamentais para o entendimento da dinâmica socioeconômica, pois se efetivam os resultados de políticas iniciadas na década de 1930. Neste período, a região passou uma reestruturação produtiva e de urbanização incentivada por políticas de colonização, integração e interiorização da economia, além do incentivo à modernização agrícola. O resultado dessas políticas foi a expansão produtiva acompanhada de grandes fluxos migratórios, que levaram às taxas de crescimento populacional maiores que a média nacional.

A partir da década de 1960, Guimarães e Leme (2002) classificam o desenvolvimento rural do Centro-Oeste em três fases:

- no final dos anos 1960, se inicia o período de adaptação da soja ao cerrado e o beneficiamento de grãos;
- durante a primeira metade dos anos 1980, há expansão e consolidação da produção intensiva de *commodities* ligada a *tradings*;
- a partir de 1985, há deslocamento de conglomerados industriais para o Centro-Oeste, formando o complexo grãos-carne.

Montagnhani e Lima (2011) descrevem os anos de 1985 a 2010 como um período de desconcentração industrial. A microrregião de Brasília no Distrito Federal; microrregiões de Goiânia, Anápolis, Sudoeste de Goiás, Meia Ponte, e Entorno de Brasília no Estado de Goiás; microrregiões de Cuiabá, Sinop e Rondonópolis, Alto Teles Pires e Tangara da Serra no Estado de Mato Grosso; e microrregiões de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Nova Andradina e Iguatemi no Estado de Mato Grosso do Sul, se caracterizam como “ilhas de produtividade”.

Assim, para Guimarães e Leme (2002), as políticas públicas associadas ao investimento privado na região impactaram sobre a dinâmica demográfica, modificando o perfil do trabalho e do emprego.

Cunha (2002) utiliza de dados censitários de 1991 e da contagem de 1996, buscando analisar as “características dos migrantes em termos demográficos, de inserção produtiva e de aspectos socioeconômicos, como educação e renda” (CUNHA, 2002, p. 90). Um dado importante apresentado pelo autor é que nos anos 1970 e 1980, a migração enfrentou duas realidades: “a primeira ligada ao processo de ocupação e expansão das fronteiras agrícolas e, a segunda, relativa ao crescimento de aglomerações urbanas, em geral, liberadas pelas capitais dos Estados” (CUNHA, 2002, p. 96).

O autor apresenta um levantamento histórico sobre a migração para o Centro-Oeste brasileiro, no período de 1986 a 1996. Segundo o autor, a Marcha para o Oeste é apresentada como um movimento importante na década de 1970, todavia, o autor argumenta que, na década de 1980, houve “esgotamento ou, simplesmente, a redução dos recursos destinados ao incentivo à colonização da agricultura, as mudanças de cultivo e modificações na estrutura fundiária” (CUNHA, 2002, p. 89). O autor ainda argumenta que essa redução permaneceu nos anos de 1990.

De acordo com Cunha e Silveira (1999), na década de 1970, os imigrantes interestaduais no Centro-Oeste eram 1,8 milhões; na década seguinte, os migrantes somaram 2,3 milhões; e, na década de 1990, 1,6 milhões. Segundo os autores, especificamente, para o estado de Goiás, destacam-se os migrantes vindos do Distrito Federal, Minas Gerais e Nordeste. Para o Mato Grosso do Sul, os destaques são os migrantes paulistas e paranaenses. Os migrantes vindos do Paraná também são importantes para o Mato Grosso, juntamente aos migrantes vindos do Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia e São Paulo.

Em período mais recente, dados de Oliveira, Ervatti e O’Niell (2011) apontam que, entre os anos de 2004 e 2009, a região Centro-Oeste recebeu 418 mil imigrantes, enquanto 281 mil emigraram. Um saldo migratório de 137 mil pessoas que consolida os estados do Centro-Oeste brasileiro como polo de atração de população das demais regiões brasileiras.

Assim, fica claro que a região Centro-Oeste tem um papel importante como receptora de migrantes e que, em geral, essa migração está relacionada ao desenvolvimento agroindustrial. No entanto, ainda são muito escassas as pesquisas sobre o período após 2010 e, especificamente, sobre a migração em áreas rurais.

Na próxima seção, são discutidos possíveis efeitos da migração sobre o desenvolvimento e a necessidade de políticas públicas.

2.3 Aspectos teóricos sobre a relação entre migração e seleção

Diante do fluxo migratório positivo apresentado pela região Centro-Oeste nos últimos anos, é importante verificar se a migração tem sido formada por um grupo de indivíduos positivamente ou negativamente selecionados.

Os migrantes positivamente selecionados, na concepção de Borjas (1987) e Chiswick (1999), apresentam maior nível de capital humano e têm um impacto forte na promoção do desenvolvimento da região receptora. Por outro lado, os migrantes negativamente selecionados

têm menores níveis de capital humano e, portanto, demandam mais políticas públicas, principalmente, voltadas à educação e ao trabalho.

O primeiro autor a teorizar sobre seleção positiva em estudos de migração foi Borjas (1987). O objetivo de sua pesquisa, que teve sua hipótese comprovada, era de verificar se os imigrantes dos Estados Unidos formavam um grupo positivamente selecionado, ou seja, em média mais dotados de certos atributos cognitivos como: ambição, maior capacidade de adaptação, agressividade e empreendedorismo.

Anos depois, Borjas (2000) constatou também que os imigrantes oriundos de regiões ricas possuem salários mais altos por serem “dotados”, além de maiores atributos cognitivos, também de um maior nível de capital humano. E que estes imigrantes com tais atributos e alta formação escolar têm um impacto mais forte sobre o desenvolvimento da região receptora de tais imigrantes. Chiswick (1999) também comprovou que os imigrantes ganham mais que os nativos e justificou a superioridade nos salários como sendo fruto de seus atributos cognitivos.

Desde o trabalho de Borjas (1987), inúmeras pesquisas sobre migração e seleção têm sido realizadas no mundo, algumas delas no Brasil. Apesar da vasta literatura internacional sobre o tema, no Brasil, os estudos sobre migração e seleção são relativamente recentes. Na próxima seção, apresenta-se a metodologia.

3. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo de analisar a inserção do migrante e do não migrante residentes em áreas rurais no mercado de trabalho da região Centro-Oeste, são utilizados os dados do Censo de 2010. Essa base de dados foi escolhida devido a abrangência de informações sobre a população brasileira e por conter informações detalhadas sobre migração.

A partir dos dados do Censo de 2010, são selecionados apenas os residentes em áreas rurais. Optou-se por selecionar apenas os indivíduos que moram na zona rural, pois acredita-se que a migração especificamente para as áreas rurais esteja mais associada ao processo de desenvolvimento agroindustrial da região Centro-Oeste.

Uma vez selecionada a amostra total, são descritas, separadamente para as amostras de migrantes e não migrantes, as características socioeconômicas, principalmente aquelas relacionadas ao mercado de trabalho. São elas:

- Região de origem: distribuição percentual da região de origem, apresentada apenas para os indivíduos que migraram entre 2000 e 2010⁶;
- Sexo: distribuição percentual de homens e mulheres na população;
- Idade: idade média, em anos, do migrante e não migrante;
- Escolaridade: distribuição percentual por faixa de ensino (fundamental incompleto, médio incompleto, superior incompleto e superior completo);
- População Economicamente Ativa (PEA): percentual de migrantes e não migrantes que estão empregados ou procurando emprego;
- Taxa de desemprego: percentual de desempregados;
- Rendimento total: média rendimento total mensal, em Reais;
- Rendimento do trabalho principal: média do rendimento do trabalho principal, em Reais, calculado apenas para os indivíduos ocupados;
- Tipo de emprego: distribuição percentual dos indivíduos ocupados entre emprego formal, emprego informal, conta própria e empregador;
- Setor agropecuário: proporção de trabalhadores empregados no setor agropecuário.

⁶ Os dados do Censo trazem essa informação apenas para a parcela de indivíduos que migraram na última década, ou seja, entre 2000 e 2010.

Para descrever o impacto de ser migrante sobre a probabilidade de emprego e sobre o rendimento do trabalho, é utilizado o procedimento de Heckman, dado que a presença de viés de seleção da amostra tornaria a simples utilização do método de mínimos quadrados ordinários tendenciosa.

Para corrigir o viés de seleção, Heckman (1979) desenvolveu um estimador em dois estágios. A equação de ocupação é estimada utilizando o modelo probit, em que a variável dependente é uma *dummy*, sendo 1 para o indivíduo ocupado e 0 para não ocupado. As variáveis explicativas são:

- Sexo: *dummy* igual a 1 para sexo masculino e 0 do contrário;
- Cor: *dummy* igual a 1 para os indivíduos brancos e amarelos e 0 para os demais;
- Responsável pelo domicílio: *dummy* igual a 1 para o responsável pelo domicílio e 0 para os demais;
- Idade: idade em anos;
- Escolaridade: anos de escolaridade;
- Migrante: *dummy* igual a 1 para migrante e 0 para os demais.

A partir dos parâmetros estimados no modelo probit, calcula-se λ para cada observação, que é utilizado como variável exógena na equação de rendimentos, no segundo estágio.

O segundo estágio consiste na estimação da equação de rendimentos. A variável dependente é o logaritmo neperiano do rendimento do trabalho principal por hora e as variáveis explicativas são:

- Sexo: *dummy* igual a 1 para o sexo masculino e 0 do contrário;
- Cor: *dummy* igual a 1 para os indivíduos brancos e amarelos e 0 para os demais;
- Idade: idade em anos;
- Idade2: idade ao quadrado;
- Escolaridade: anos de escolaridade;
- Tipo de emprego: *dummies* para emprego informal, conta própria e empregados, sendo emprego formal a categoria de base;
- Agropecuária: *dummy* igual a 1 para o indivíduo que trabalha no setor agropecuário e 0 do contrário;
- Migrante: *dummy* igual a 1 para migrante e 0 para os demais.

A próxima seção apresenta a discussão dos resultados.

4. RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados sobre a inserção do migrante residente em áreas rurais no mercado de trabalho da região Centro-Oeste. Estes resultados estão divididos em duas seções: primeiramente, são apresentadas as características socioeconômicas dos migrantes comparativamente às características dos não migrantes; e posteriormente são analisados os resultados econométricos estimados.

4.1 Características socioeconômicas dos migrantes e não migrantes

Considerando a população de residentes em áreas rurais do Centro-Oeste brasileiro, observa-se a participação expressiva de migrantes – na zona rural, cerca de 24,77% da população é migrante. Esse percentual elevado de migrantes é esperado, pois assim como apresentado na seção de revisão da literatura, por Baeninger (2012) e Oliveira, Ervatti e O’Niell (2011), a região Centro-Oeste é uma importante receptora de migrantes e, mais do que isso, segundo Cunha (2002), a migração para o Centro-Oeste está relacionada ao desenvolvimento agroindustrial.

Em relação à região de origem dos migrantes, os dados do Censo trazem informações apenas para aqueles que migraram entre 2000 e 2010. O gráfico 1 apresenta a distribuição dos migrantes, segundo a região de origem.

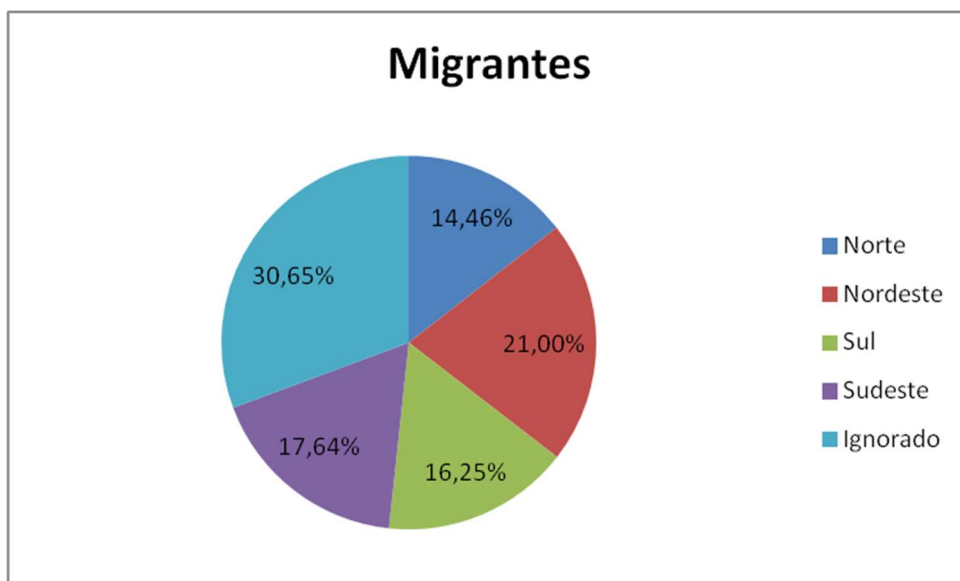


Gráfico 1 – Distribuição dos migrantes por região de origem

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo de 2010.

A migração para a zona rural da região Centro-Oeste é bem distribuída, porém com uma maior participação da região Nordeste do país. Isso implica dizer que cerca de 21% dos migrantes da zona rural do Centro-Oeste são oriundos da região Nordeste, o que pode ser atribuído à tendência histórica de migração dos nascidos nordestinos em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Já a região Norte tem a menor participação – cerca de 14,46% da população migrante residente em áreas rurais do Centro-Oeste. As regiões Sul e Sudeste contribuem de forma parecida para a composição dessa população migrante, cerca de 16,25% e 17,64% respectivamente.

A respeito da participação da Região Sul, o estudo reafirma a tendência observada por Magalhães (1997) que, constatou em seu estudo sobre os movimentos migratórios da região que, desde a década de 1970, o Sul do país passa a ser uma das principais áreas de expulsão populacional. Este fator aconteceu principalmente devido a uma profunda transformação modernizante da estrutura produtiva agrícola em paralelo ao fim do ciclo de incorporação extensiva das áreas agricultáveis no Sul. Desta forma ocorreu um processo de esvaziamento da área rural dos estados do Sul, que em parte se direcionava às áreas urbanas da própria região e da Região Sudeste e outra parte se deslocava para zonas agrícolas pioneiras do Norte e Centro-Oeste.

No que diz respeito à região Sudeste, este movimento pode ser atribuído aos processos de desconcentração presentes no país observados por Baeninger (2012), que em parte podem ter sido absorvidos pela zona rural do Centro-Oeste.

Cerca de 30,65% dos migrantes entrevistados não sabem sua região de origem ou não foram questionados pelo IBGE com relação à essa informação. Portanto, estes indivíduos compõem a categoria ignorado.

Com relação ao gênero dos indivíduos que compõem a população residente na zona rural do Centro-Oeste, foi observada uma predominância do sexo masculino: 56,23% dos migrantes e 54,22% dos não migrantes são homens. Essa tendência de composição masculina nas áreas rurais pode ser explicada devido à própria característica do trabalho agropecuário que

emprega mais indivíduos do gênero masculino. Comparando a população migrante e não migrante, pode-se observar que a proporção de homens é maior entre os migrantes, ou seja, a migração reforça essa tendência de aumento da população masculina nas áreas rurais do Centro-Oeste.

A idade é uma característica que revela bastante diferença entre migrantes e não migrantes. A população local apresenta uma média de 27,38 anos, enquanto a idade média observada dos indivíduos da população migrante é de 41,84 anos. Isso indica que os migrantes, provavelmente, têm maior experiência de trabalho e, portanto, mais conhecimento sobre técnicas e processos que compõem o trabalho disponível na zona rural. Já os não migrantes são, em média, mais jovens e, possivelmente, menos experientes que a população migrante.

No gráfico 2, é apresentada a distribuição da população migrante e não migrante conforme o nível de escolaridade.

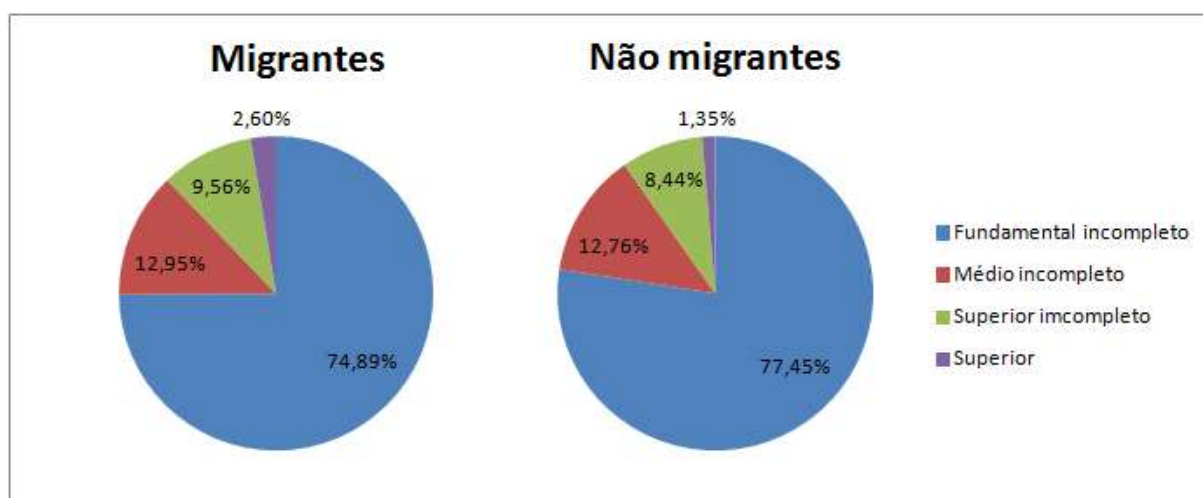


Gráfico 2 – Distribuição dos migrantes e não migrantes de acordo com o grau de escolaridade
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo de 2010.

Embora a população das áreas rurais do Centro-Oeste apresente, em sua maioria, baixo nível de escolaridade, percebe-se que, em geral, a população migrante apresenta maiores níveis de escolaridade que a população local. A porcentagem de migrantes com ensino superior completo é de 2,60%, enquanto na população não migrante esse percentual é de 1,35%. Por outro lado nota-se que a população não migrante apresenta uma maior porcentagem de indivíduos com ensino fundamental incompleto do que a população migrante, representando 77,45% e 74,89%, respectivamente.

As maiores proporções de indivíduos que possuem ensino superior completo, incompleto e médio incompleto, por parte da população migrante, indicam uma maior riqueza de capital humano frente à população não migrante. Este fato, associado a uma provável maior experiência de trabalho devido a uma média de idade mais alta, indicam que o migrante residente na zona rural do Centro-Oeste é, em média, mais bem preparado para o mercado de trabalho que a população não migrante.

Um dos fatores que indicam a necessidade da busca por melhores condições de emprego e renda é o fato de ser o responsável pelo domicílio, uma vez que, em geral, a pessoa se torna mais responsável pelo sustento da família. Percebe-se que 44,16% da população migrante são responsáveis por seus domicílios, contra apenas 26,03% da população não migrante.

Observa-se ainda que 63,12% da população migrante que habita a zona rural do Centro-Oeste faz parte da população economicamente ativa (PEA), enquanto a parcela da população não migrante que integra a PEA é de apenas 52,65%, ou seja, há proporção maior de inativos

entre a população local. Este fator mostra mais uma vez a tendência da migração voltada ao mercado de trabalho.

Outro fator relevante é a taxa de desemprego, que é maior para os indivíduos não migrantes do que para os migrantes, representando 2,95% e 4,01%, respectivamente. Isso provavelmente ocorre, pois os migrantes apresentam maiores níveis de capital humano, como mostram as *proxies* de idade e escolaridade.

Outros dados que reforçam o melhor desempenho do migrante residente em áreas rurais no mercado de trabalho são sobre os rendimentos. Enquanto o rendimento total médio mensal do migrante é de R\$ 741,80, o do não migrante é de R\$ 463,41, o que revela uma enorme diferença entre a situação dos dois grupos quanto à sua renda mensal. Quando se analisa apenas o rendimento dos indivíduos ocupados, essa diferença diminui, uma vez que a parcela de não migrantes sem ocupação é maior que a dos migrantes. Porém, ainda assim o rendimento médio do trabalho principal do migrante é maior que do não migrante, sendo R\$ 900,26 e R\$ 722,75, respectivamente.

Em relação à qualidade do trabalho, o gráfico 3 mostra a distribuição dos migrantes e não migrantes por tipo de emprego.

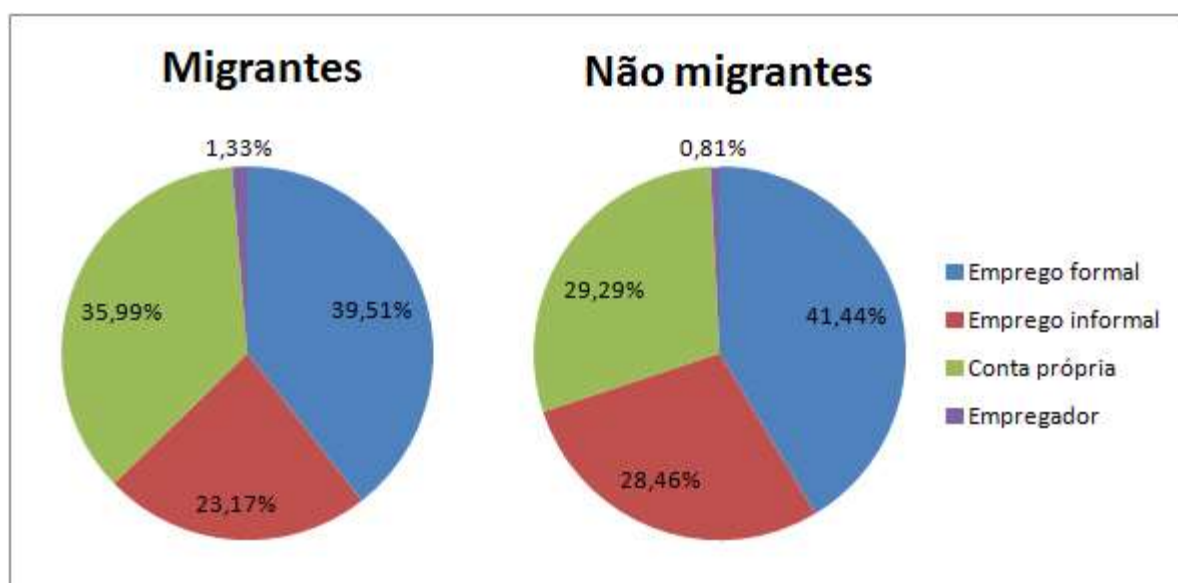


Gráfico 3 – Distribuição dos migrantes e não migrantes de acordo com o tipo de emprego.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo de 2010.

Os dados mostram que a porcentagem de empregados formais são bem próximos entre os migrantes e não migrantes, ambos com participações próximas aos 40% de suas respectivas populações. Entretanto, quando se observa o emprego informal, considerado um tipo de emprego precário, percebe-se que há cerca de 28,46% não migrantes neste tipo de ocupação, contra 23,17% da população migrante.

Os números que representam as parcelas de cada grupo em situações de empregador e trabalhador por conta própria são maiores para os migrantes. Isso mostra um perfil de migrante mais empreendedor e capitalizado que os não migrantes.

Por último observa-se que há proporção bastante semelhante de indivíduos migrantes e não migrantes residentes na zona rural empregados no setor agropecuário, 67,27% e 67,02%, respectivamente. Esse dado evidencia a importância do setor agropecuário, da expansão da fronteira agrícola e do desenvolvimento agroindustrial para o emprego tanto de migrantes quanto de não migrantes.

Os dados permitem, então, traçar um perfil do migrante que habita a zona rural da região Centro-Oeste: a maioria trabalha no setor agropecuário e é, em média, mais velho e mais escolarizado, mais bem remunerado e tem acesso a melhores condições de trabalho.

4.2 Impacto da migração sobre o emprego e o rendimento

Nesta seção, procura-se estimar o efeito de ser migrante sobre a probabilidade de emprego e sobre o rendimento. Para tanto, é estimado um modelo econométrico, controlando-se características socioeconômicas, por meio do procedimento de Heckman. Os resultados estimados estão na tabela 1.

Tabela 1 – Resultados estimados das regressões

Equação de Seleção			
Variável	Coefficiente	Erro padrão	
Sexo	0,4552	0,0166	*
Cor	0,1801	0,0160	*
Idade	0,0202	0,0007	*
Escolaridade	0,0854	0,0091	*
Resp. domicílio	0,2204	0,0175	*
Migrante	0,0476	0,0174	*
Equação de Rendimentos			
Variável	Coefficiente	Erro padrão	
Sexo	0,2072	0,0125	*
Cor	0,1081	0,0058	*
Idade	0,0139	0,0013	*
Idade ²	-0,0001	0,0000	*
Escolaridade	0,1859	0,0034	*
Informal	-0,3348	0,0062	*
Conta própria	-0,1570	0,0060	*
Empregador	0,8807	0,0255	*
Agropecuária	-0,0687	0,0055	*
Migrante	0,0433	0,0054	*
Lambda	-0,1939	0,1148	***

(*) Os valores das variáveis são significativos ao nível de significância de 1%

(***) O valor da variável é significativo ao nível de significância de 10%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo de 2010.

A equação de seleção tem como variável dependente uma *dummy* igual a 1 para o indivíduo ocupado e 0, para o indivíduo não ocupado.

O modelo mostra que o fato de o indivíduo ser do sexo masculino eleva a probabilidade de o mesmo estar empregado. Em geral, isso ocorre porque a maior parte de os empregos rurais é preferencialmente preenchida por homens, o que possivelmente indica discriminação de gênero neste mercado de trabalho.

O fato de o indivíduo ser de cor branca ou amarela também influencia positivamente na probabilidade de o mesmo estar empregado. Este fator também pode indicar algum nível de preconceito em relação aos indivíduos que não pertencem a este grupo, uma vez que este tipo de característica não influencia a produtividade dos indivíduos.

As variáveis de idade e escolaridade, que em conjunto indicam o acúmulo de capital humano, mostram que quanto maior a idade e a escolaridade, maior a probabilidade de emprego. Esse resultado é esperado porque os indivíduos mais velhos e mais escolarizados são, em geral, mais experientes e qualificados para o trabalho.

Observa-se também que o indivíduo que é responsável pelo domicílio tem uma probabilidade maior de estar empregado. Este fator pode ser explicado pelas pressões que sofrem estes indivíduos com relação à necessidade de sustento da família.

Por fim, o fato de ser migrante impacta positivamente sobre a probabilidade de estar empregado. Esse dado, aliado às informações obtidas com a análise do perfil socioeconômico do migrante aponta para um migrante positivamente selecionado.

A equação de rendimentos tem como variável dependente o logaritmo neperiano do rendimento do trabalho principal por hora.

Assim como na equação de seleção, o gênero masculino e a cor branca/amarela dos indivíduos têm influência positiva sobre o rendimento. O fato de o indivíduo ser do sexo masculino eleva a sua renda em cerca de 20% e o fato de o indivíduo ser branco ou amarelo eleva a sua renda em mais de 10%. Estes dados mostram que há efeitos da discriminação por gênero e cor não só sobre a contratação, como também sobre o rendimento dos trabalhadores.

Em relação às variáveis *proxies* de capital humano, verifica-se que um aumento de um ano de idade provoca um aumento de pouco mais de 1% no rendimento e que o aumento de um ano de escolaridade aumenta o rendimento em cerca de 18,5%. Estes fatores mostram mais uma vez a importância da experiência e do conhecimento para o mercado de trabalho.

Faz-se também uma análise comparativa do emprego formal com as demais categorias: informal, conta própria e empregador. Em comparação com o emprego formal, os indivíduos que trabalham em empregos informais têm um rendimento cerca de 33% menor. Já aqueles indivíduos que trabalham por conta própria possuem um rendimento cerca de 15% menor que os que possuem empregos formais. Por último, os indivíduos da categoria empregadores têm rendimentos cerca de 88% maiores que aqueles que possuem empregos formais.

Verifica-se também que o setor da economia que os indivíduos trabalham é relevante para a determinação do rendimento: trabalhar no setor agropecuário reduz o rendimento em quase 7%. Embora haja esse efeito negativo do setor agropecuário sobre o rendimento, entende-se que, principalmente na região Centro-Oeste, houve um avanço nos últimos anos no sentido da redução deste diferencial. Hoffmann (2010) identifica diferenciais de rendimento de cerca de 20% entre o setor agropecuário e os demais setores no Brasil.

Por último, o fato de ser migrante eleva o rendimento de uma hora de trabalho em cerca de 4,33%. Isso reforça a ideia de que o migrante residente em áreas rurais é positivamente selecionado, ou seja, mais qualificado e bem colocado no mercado de trabalho do Centro-Oeste.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho foi analisar a inserção do migrante e do não migrante residente em áreas rurais no mercado de trabalho do Centro-Oeste, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010. Procurou-se analisar detalhadamente as características socioeconômicas dos indivíduos e o impacto de ser migrante sobre a probabilidade de emprego e rendimento.

Em relação à inserção do migrante no mercado de trabalho do Centro-Oeste, os resultados obtidos mostram que, em média, os migrantes são positivamente selecionados. Além disso, os resultados das regressões, equação de seleção e de rendimentos, corroboram esse resultado. Mesmo com os controles para as características socioeconômicas, os migrantes apresentam mais chances de encontrar emprego e, quando encontram, são mais bem remunerados que a população local.

A partir dos resultados encontrados, acredita-se que, em geral, o migrante residente nas áreas rurais da região Centro-Oeste atue como um promotor do crescimento regional e, principalmente, do desenvolvimento agroindustrial, uma vez que estes resultados são específicos para as áreas rurais.

Isso mostra que não são necessárias maiores políticas públicas voltadas à inserção no mercado de trabalho direcionadas aos migrantes. Porém, podem ser implementadas medidas para que se reduzam as diferenças entre a população migrante e não migrante, como a qualificação da população local.

Futuras pesquisas podem estudar a inserção do migrante e do não migrante no mercado de trabalho de outras regiões do Brasil ou ainda mostrar a evolução dessa inserção ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P.; CRUZ, B.; OLIVEIRA, C.; SANTOS, I. **Aglomeración económica e migração: uma análise para o caso brasileiro**. IPEA, Brasília, dez. 2013.

AMARAL, E. F. L. Caracterização de migrantes em Goiás e Distrito Federal: 1980-2000. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 160-185, jul./dez. 2009.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia, 2012.

BAENINGER, R.; PERES, R. Metrópoles brasileiras no século 21: evidências do censo demográfico de 2010. **Informe Gepec**, Toledo, v. 15, número especial, p. 634-648, 2011.

BORJAS, G. J. Self-selection and the earnings of immigrants. **The American economic review**, Nashville, v. 77, n. 4, p. 531-553, sep. 1987.

_____. **Economics of Migration**. Cambridge: International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences, 2000. 22p. (article 38).

CHISWICK, B. R. Are immigrants favorably self-selected? **The American economic review**, Nashville, v. 89, n. 2, p. 181-185, may 1999.

CUNHA, J. M. P. Migração do Centro-Oeste Brasileiro: as tendências e características do período 1986/96. In: HOGAN, D. J.; CARMO, R. L.; CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. *Migração e Ambiente no Centro-Oeste*. Campinas: NEPO, 2002. Cap. 3, p. 89-134.

CUNHA, J. M. P.; DEDECCA, C. S. Migração e trabalho na região metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito. **Revista brasileira de estudos de população**, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000.

CUNHA, J. M. P.; SILVEIRA, F. A. *Região Centro-Oeste: o esgotamento de um processo de ocupação*. 1999. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2018/1980>. Acesso em: 20/03/2013.

DEDECCA, C. S.; CUNHA, J. M. P. Migração, trabalho e renda nos anos 90: o caso da RMSP. **Revista brasileira de estudos de população**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 49-66, jan./jun. 2004.

FREGUGLIA, R.; PROCÓPIO, T. Efeitos da mudança de emprego e da migração Interestadual sobre os salários no Brasil formal: Evidências a partir de dados em painel, **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 43, n. 2, p. 256-275, ago. 2013.

GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: HOGAN, D. J.; CARMO, R. L.; CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. *Migração e Ambiente no Centro-Oeste*. Campinas: NEPO, 2002. Cap. 3, p. 89-134.

HECKMAN, J. Sample selection bias as a specification error. **Econometrica**, State College, v.47, p 153-161, 1979.

HOFFMANN, R. The evolution of income distribution in Brazil: what promotes and what restricts the decline in inequality. In: A COMPARATIVE ANALYSIS OF GROWTH AND DEVELOPMENT: ARGENTINA AND BRAZIL, 2010, Illinois. **Anais...** Illinois: 2010, p. 1-27.

MAGALHÃES, M.V. Movimentos migratórios na região sul: Novas Tendências. In: I Encontro Nacional Sobre Migração, 1997, Curitiba. **Anais**. Curitiba, 2012.

MONTAGNHANI, B. A.; LIMA, J. F. Notas sobre o desenvolvimento do Centro-Oeste e a economia brasileira. *Revista de Estudos Sociais*, Cuiabá, v. 26, n. 13, p. 157-173, 2011.

OLIVEIRA, A.T.R.; ERVATTI, L. R.; O'NIELL, M. M. V. C.. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e censos demográficos. In: OLIVEIRA, L. A. P; OLIVEIRA, A. R. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

RIBEIRO, L. L.; CORREA, M. V. Migração e seleção: Evidências para o Centro-Oeste brasileiro. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 01-13, 2009.

SANTOS, C.; FERREIRA, P. C. Migração e distribuição regional de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 37, n. 3, dez. 2007.

SANTOS JÚNIOR, E. R.; FERREIRA, P. C.; MENEZES-FILHO, N. Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. **Pesquisa e planejamento econômico**, 2005, 35.3.

EDITORIAL

**FACE – Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas**

Curso de Ciências Econômicas

Direção FACE

Prof. Moisés Ferreira da Cunha

Vice-Direção FACE

Prof. Sérgio Barroca

**Coordenação do Curso de Ciências
Econômicas**

Prof^ª. Andrea Freire de Lucena

Endereço

Campus Samambaia, Prédio da FACE –
Rodovia Goiânia/Nova Veneza, km. 0 –
CEP 74690-900, Goiânia – GO.

Tel. (62) 3521 – 1390

URL

<http://www.face.ufg.br/economia>

**NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas
Econômicas**

Coordenação

Prof. Sérgio Fornazier Meyrelles Filho

**SÉRIE DE TEXTOS PARA
DISCUSSÃO DO CURSO DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFG
Coordenação e Equipe de Editoração**

Prof. Sandro Eduardo Monsueto

Bárbara Christina Carrijo

Adriana Moura Guimarães

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos que contam com a participação de pesquisadores do NEPEC. As opiniões contidas nesta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não representando necessariamente o ponto de vista do NEPEC ou da FACE/UFG. É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Colaborador Externo

Prof. Luciano Martins Costa Póvoa –
Senado Federal